

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Telephone : (251) 115- 517 700

Fax : (251) 115- 517844

website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Nona Sessão Ordinária
28 – 29 de Junho de 2006

Banjul, GÂMBIA

EX.CL/260 (IX)

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE MINISTROS

RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS

I. INTRODUÇÃO

1. A Reunião de Ministros da 4ª Sessão Ordinária da Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais da Comissão da União Africana teve lugar no Centro Internacional de Conferências do Cairo, República Árabe do Egito, de 25 a 26 de Abril, de 2006, convite do Governo da República Árabe do Egito.

II. PARTICIPAÇÃO

2. Estiveram presentes na Sessão Ministerial os seguintes Estados Membros: Argélia, Angola, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Rep. Centro-Africana, Chade, Congo, Côte d'Ivoire, RDC, Djibouti, Egito, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Malawi, Mali, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, Senegal, Sierra Leone, Somália, África do Sul, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

3. Estiveram presentes as seguintes CERs, Agências das Nações Unidas, Organizações Governamentais e Não-Governamentais, assim como parceiros cooperantes e amigos da África: CEDEAO, Estado de Palestina, Organização Árabe do Trabalho (OAT), FNUAP, OIM, ICFTU-AFRO, ACARTSOD, OATUU, PEC, IAR, AFUB, Secretariado da Década Africana de Pessoas Deficientes, DFID, ARLAC, HELPAGE International, OIT, PNUD, CICV, Conselho Internacional de Providência Social (ICSW), a Organização Mundial do Movimento de Escuteiros (WOSM).

III. CERIMÓNIA DE ABERTURA

4. A Cerimónia de abertura foi presidida por um oficial do Governo do Egito, que concedeu a palavra aos seguintes oficiais para proferirem discursos alusivos a este evento.

a) **Discurso do Presidente Cessante da 3ª Sessão da CTAS**

5. Sua Excelência M.M.S Mdladlana, Ministro do Trabalho da República da África do Sul e Presidente cessante da 3ª Sessão, manifestou o seu apreço ao Governo do Egito por ter acolhido a reunião. Ele pediu que se observasse um minuto de silêncio em memória das vítimas dos atentados bombistas de Dahab. De igual modo, a oportunidade concedida pelo Governo e o povo da África do Sul para presidir a 3ª Sessão. O Ministro esperava também que as recomendações da 3ª Sessão tivessem um impacto decisivo na 4ª Sessão. Ao concluir, louvou o trabalho e as actividades da CTAS, comou órgão tripartido africano.

b) Discurso do Representante dos Trabalhadores

6. No seu discurso, o Sr. Ibrahim Chankour representante dos trabalhadores, exprimiu o apreço dos trabalhos pela hospitalidade estendida a todas as delegações. Na ocasião, manifestou a satisfação dos trabalhadores com a composição tripartida da CTAS, que reforçou o diálogo social entre os parceiros sociais. Ele sublinhou a importância da paz e do diálogo sociais, considerando-as como pré-requisitos para o progresso na implementação dos resultados da Cimeira de Ouagadougou. Em seguida, elogiou os esforços de consolidação das políticas sociais a nível continental, mas também destacou a importância das políticas sociais de integração a nível nacional. Finalmente, afirmou que a implementação das políticas ficaria incompleta, se não tivesse uma dimensão social efectiva.

c) Discurso do Representantes das Entidades Patronais

7. No seu discurso, o Dr. Azad Jeetun, Secretário Geral da Confederação das entidades patronais exprimiu o apreço do grupo de empregadores ao Governo egípcio. Ele lembrou que o grupo foi criado no Cairo, em Outubro de 1986, como voz dos empregadores e do sector privado africano. Ele considerou a CTAS como um modelo exemplar do diálogo social, que proporcionou aos actores nessa área um fórum para a troca de experiências e de conhecimentos técnicos. O Secretário Geral da Confederação dos empregadores agradeceu igualmente a Comissária para os Assuntos Sociais pela sua liderança na resolução dos problemas de trabalho e sociais africanos. Ele acrescentou que o sector privado promoveu o desenvolvimento empresarial e investimentos conjuntos, como instrumentos para a criação do emprego, de modo a concretizar os objectivos da Cimeira de Ouagadougou. Ele realçou a importância de todos os actores trabalharem em conjunto, a fim de criarem a prosperidade para o continente. Ele concluiu dizendo que da opinião dos empregadores que se deve criar sinergias para uma visão comum de uma vida decente para todos os africanos.

d) Discurso do Representante da Organização Árabe do Trabalho (OAT)

8. No seu discurso, proferido em nome da Organização Árabe do Trabalho, o Dr. Ibrahim Kouider, Director Geral, lembrou a excelente cooperação que existe entre a OAT e a CTAS. Ele confirmou que as duas organizações desempenharam um grande papel na consolidação das relações entre os mundos árabe e africano no sector do trabalho e somaram vitórias na luta contra o colonialismo. O Director Geral da OAT realçou a importância da renovação e do fortalecimento da solidariedade e da amizade que existe entre a OAT e a CTAS.

e) Discurso do Director-geral da OIT

9. O Embaixador Juan Somavia, no seu discurso proferido em nome da Organização Internacional do Trabalho (OIT), exprimiu apreço ao Governo do Egipto, recordando que esse país é um exemplo da convergência de políticas social e económica. O Embaixador elogiou a CTAS por ter demonstrado o poder do tripartismo. Ele afirmou ainda que o crescimento do desemprego não ajudava o desempenho económico, nem benefícios adicionais. O consenso de Ouagadougou demonstra o apoio ao crescimento económico que existe com a criação de emprego. Ele manifestou apreço pelo apoio dos países africanos na deslocação do Escritório Regional para Adis Abeba. Notou que ao trabalharem em conjunto na criação da convergência das políticas, os actores têm uma oportunidade justa para a criação de empregos. A este respeito, sublinhou a importância dos Ministros do Trabalho participarem na Conferência da CEA dos Ministros das Finanças, Economia e Planeamento, em Ouagadougou, em Maio de 2006.

f) Discurso da Comissária para os Assuntos Sociais

10. A Adv. Bience Gawanas, no seu discurso, agradeceu o Governo do Egipto por ter acolhido a reunião e pelas excelentes condições colocadas à disposição dos seus participantes. De igual modo, agradeceu à OIT e lembrou a colaboração estreita que tem havido entre a UA e a OIT no acompanhamento da Cimeira de Ouagadougou, incluindo a criação do grupo de trabalho UA/OIT. Ela elogiou a decisão sobre a deslocação do Escritório Regional para Adis Abeba, porque isto, acrescentou, reforçará a cooperação entre as duas Organizações. A Comissária apelou a todos os actores a continuarem empenhados na promoção do trabalho, do desenvolvimento social e na criação de emprego e a garantirem a sua implementação efectiva e o acompanhamento aos níveis nacional, regional e continental. Ela destacou o Projecto-Quadro de Políticas Sociais como um instrumento que orientará as acções do continente e colocará o ser humano no centro de desenvolvimento. Ela evocou as decisões e recomendações de Ouagadougou como instrumentos importantes na área da criação do emprego e do alívio da pobreza. A Comissária informou também os participantes que o Departamento dos Assuntos Sociais lançou um projecto financiado pela Suécia e a Noruega, que visa promover o trabalho e o emprego em África, com vista à concretização da implementação dos resultados de Ouagadougou. Ela informou ainda a reunião de que a UA visava realizar um fórum em 2007 que envolverá actores do desenvolvimento social para rever progresso feito na implementação das conclusões das diversas conferências. Ao concluir, a Comissária apelou aos participantes à reunião a demonstrarem o espírito de humanidade na busca de formas de criação de emprego e a tornar a África um continente bom para os seus cidadãos.

g) Discurso do Primeiro-ministro da República Árabe do Egipto

11. No seu discurso, o Dr. Ahmed Nazif, Primeiro Ministro da República Árabe do Egipto, agradeceu a Comissão por ter oferecido ao Egipto a oportunidade de acolher a 4ª Sessão sob os auspícios de Sua Excelência Hosni Mubarak, Presidente do Egipto. Ele informou os participantes que os recentes atentados bombistas visavam minar o sector do turismo, que proporciona um grande potencial para a criação de trabalho. Todavia, o Egipto não se renderá aos terroristas, acrescentou. Ele apelou ao continente a mobilizar apoio para vencer os grandes desafios da globalização. Ele indicou que se torna importante dar um rosto humano à globalização e utilizar as bases do diálogo social para a resolução dos desafios da globalização. Mais adiante, acrescentou que o aumento do investimento era indispensável para a redução da pobreza e a criação do emprego. Entretanto, manifestou o interesse do Egipto de forjar uma cooperação mais estreita na área dos investimentos conjuntos entre os países africanos. Salientou também que o Egipto gostaria igualmente de abordar e promover os movimentos dos trabalhadores africanos imigrantes, tanto dentro como fora do continente. O Dr. Nazif felicitou também a União Africana pelos seus esforços concertados com vista à promoção de boas políticas laborais no continente. Ele informou a reunião de que o Egipto ofereceu-se para acolher o Instituto Kwame Nkrumah.

h) Moção de Agradecimento

12. O Ministro do Trabalho da República Federal da Nigéria, em nome dos seus homólogos e dos Chefes de Delegação, leu uma moção de agradecimento. O Ministro exprimiu os seus sinceros agradecimentos e apreço ao Governo e ao povo egípcios. No seu discurso, sublinhou a importância da manutenção da unidade, acrescentando que, sem ela, os objectivos da Organização não poderão ser materializados. Ele afirmou que o desemprego era uma realidade viva em África, como se tornava evidente nos discursos de vários oradores. Na sua moção, o Ministro do Trabalho agradeceu o Primeiro-ministro da República Árabe do Egipto por ter brindado a cerimónia com a sua presença. Ele manifestou também o seu apreço ao Director-geral da OIT por ter estado presente. De igual modo, agradeceu o Departamento dos Assuntos Sociais da Comissão da UA pela dedicação e serviços prestados à Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais.

IV. QUESTÕES DE PROCEDIMENTO

a) Eleição da Mesa

13. A Presidente anunciou a composição da seguinte Mesa para a Reunião dos Ministros:

Presidente	:	Egipto	-	Governo	(Norte)
1º Vice-presidente	:	Camarões	-	Empregadores	(Centro)
2º Vice-presidente	:	Sudão	-	Trabalhadores	(Leste)

3º Vic-presidente : Nigéria - Governo (Ocidental)
 Relator : Lesoto - Governo (Sul)

b) Adopção da Agenda

14. A Reunião adoptou a seguinte Agenda:

1. Cerimónia de Abertura

2. Questões de Procedimento:

a) Eleição da Mesa

b) Adopção da Agenda

LSC/MIN/1 (IV)

c) Organização dos Trabalhos

3. Análise do Relatório e Recomendações da Reunião de Peritos

LSC/EXP/RPT (IV)

4. Relatório da 17ª Reunião do Conselho Administrativo do Instituto Africano de Reabilitação (IAR)

LSC/MIN/2 (IV)

5. Apresentação pelo Representante das Comunidades Económicas Regionais (CERs)

6. Data e Local da 5ª Sessão Ordinária da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais da UA

7. Questões Diversas:

a) Apresentação sobre o Prémio para o Líder da Promoção dos Direitos da Criança em África;

b) Apresentação sobre o Quadro da Política Migratória em África.

8. Cerimónia de Enceramento

c) Organização dos Trabalhos

15. A Reunião adoptou o seguinte horário de trabalhos:

Manhã: 08H30 - 13H00
Tarde : 14H00 - 18H00

V. RESUMO DOS PROCEDIMENTOS

Ponto 3 da Agenda: Análise do Relatório e Recomendações da Reunião de Peritos – LSC/EXP/RPT (IV)

16. Ao apresentar este ponto, o orador fez o resumo das deliberações da reunião dos peritos e depois sublinhou as recomendações. Os Ministros adoptaram a seguir o Relatório sem emendas.

Ponto 3 da Agenda de Peritos: Relatório do Presidente da Comissão da UA sobre as Actividades da Comissão de Trabalho e dos Sociais – LSC/EXP/2 (IV)

Ponto 4 da Agenda de Peritos: Estado de Implementação das Recomendações da 3ª Sessão da Comissão de Trabalho e dos Assuntos Sociais da UA. – LSC/EXP/3 (IV)

17. Foram adoptadas as seguintes recomendações,:

- (i) Os Estados Membros devem enviar os seus relatórios de actividades à Comissão da UA;
- (ii) Os recursos financeiros necessários devem ser disponibilizados para permitir aos membros do Bureau efectuarem consultas com a CUA, de modo a acompanhar de perto a implementação das recomendações das CTAS;
- (iii) O estudo sobre a reflexão sobre os papeis e as funções das CTAS devem ser concluídos, tal como foi recomendado pela sua 3ª Sessão;
- (iv) As questões relacionadas com o Trabalho e Assuntos Sociais devem ser analisadas em separado, de modo a aumentar a eficiência da Comissão;
- (v) A CTAS deve limitar e priorizar as actividades a serem empreendidas no processo de implementação das recomendações,
- (vi) Os relatórios devem ser mais concisos e conter o máximo de informações sobre as acções realizadas ou em curso pela CUA e os Estados Membros.

Ponto 5 da Agenda da Reunião de Peritos: Relatório do Presidente da Comissão da UA sobre a Implementação dos

**Resultados da Cimeira Extraordinária
sobre Emprego e Alívio da Pobreza
em África – LSC/EXP/4 (IV)**

18. Foram adoptadas as seguintes recomendações:

- (i) Os Estados Membros, as CERs e Organizações/Instituições que ainda não responderam , são solicitados a fazê-lo até a segunda semana de Maio, para permitir a sua incorporação no relatório final que será discutido durante a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo em Banjul, em Julho de 2006;
- (ii) Os Estados Membros foram encorajados a assegurar que as respostas aos questionários sejam dadas de maneira tripartida e multisectorial, envolvendo todos os actores nacionais relevantes;
- (iii) Os Estados Membros foram instados a disponibilizar uma verba orçamental anual para a criação do emprego e à redução da pobreza, em primeira instância, a partir dos seus recursos internos;
- (iv) Há necessidade de se partilhar as melhores experiências no âmbito da criação do emprego e do alívio da pobreza entre os países e regiões;
- (v) As CERs foram convidadas a priorizar a incorporação das políticas de criação do emprego;
- (vi) Deve-se lançar um apelo à Comunidade Internacional e particularmente às Instituições da Bretton Woods no sentido de assegurar que as suas políticas tenham em conta as questões sociais, a necessidade de criação de emprego e a situação dos pobres. Além disso, elas devem apoiar os esforços dos Estados Membros no processo de criação do emprego e do reforço da capacidade;
- (vii) As reuniões regionais sobre a criação do emprego foram consideradas como um passo positivo no que diz respeito a partilha de informação, concessão de políticas de promoção de emprego;
- (viii) A CTAS saudou o tema da Conferência dos Ministros das Finanças a realizar-se em Ouagadougou, de 13 a 15 de Maio de 2006, sobre a superação dos desafios do emprego em África, e concordou em enviar uma Declaração da CTAS à Conferência.

Ponto 6 da Agenda de Peritos: Projecto de Quadro de Políticas Sociais para África – LSC/EXP/5 (IV)

19. Foram adoptadas as recomendações a seguir indicadas:
- (i) A Decisão seguinte da 3ª Sessão da CTAS em Joanesburgo, deve ser totalmente implementada: (o Relatório deve ser mais abrangente e melhorado de maneira a abordar os programas de desenvolvimento social; o Departamento dos Assuntos Sociais deve submeter o referido relatório a um seminário inter-sectorial e a peritos multi-disciplinares, assim como a um fórum de Ministros do Sector Social);
 - (ii) O Quadro deve reflectir igualmente à dimensão social da globalização e o quadro da NEPAD;
 - (iii) O Quadro necessita de estabelecer parâmetros, prioridades e de facto proporcionar uma orientação aos Estados Membros, de modo a possibilitar e formular os seus planos relativos às políticas nacionais;
 - (iv) O relatório não deve conter declarações específicas de países, tais como aquelas vistas na revisão histórica. Assim, recomendou-se no sentido de copiar o formato do Quadro de Política de Migração e voltar a redigir o texto de forma mais concisa e submetê-lo aos Ministros responsáveis pelo desenvolvimento social para consideração.

Ponto 7 da Agenda de Peritos: Relatório sobre os Progressos da Criação do Conselho Consultivo sobre o Envelhecimento – LSC/EXP/6 (IV)

20. Foram adoptadas recomendações, nomeadamente:
- (i) A CUA deve analisar as implicações financeiras e o calendário para a criação do Conselho Consultivo;
 - (ii) Esforços devem ser feitos no sentido de instar os Estados Membros a criarem Conselhos Consultivos Nacionais com a finalidade de resolver o problema das pessoas idosas e proporcionar a formação necessária aos seus funcionários sobre as questões do envelhecimento;
 - (iii) Promover uma abordagem da base ao topo e estabelecer Conselhos semi-autónomos no quadro da UA, de modo a elevar a consciência e a defender as questões do envelhecimento aos níveis sub-reional e continental;

- (iv) As recomendações adoptadas pela 3ª Sessão da CTAS sobre essa questão, devem ser devidamente acompanhadas ;
- (v) As vias e formas de mobilização de recursos para apoiar o Conselho Consultivo, devem ser bem clarificadas;
- (vi) A estrutura do Conselho deve ser tripartida, onde estiverem representados os trabalhadores e as organizações patronais;
- (vii) Os Estados Membros devem ser levados a adoptar uma legislação e leis que protejam os idosos, garantir a sua segurança social e prestar-lhes os serviços sociais básicos;
- (viii) Deve-se encorajar o intercâmbio de informação sobre o envelhecimento entre os Estados Membros, assim como as experiências adquiridas;
- (ix) A UA deve sempre fazer uma análise e dar a sua própria perspectiva sobre os relatórios preparados pelos Consultores.

Ponto 8 da Agenda de Peritos: Relatório do Presidente da Comissão da UA sobre as actividades do Grupo Africano em Genebra – LSC/EXP/7 (IV)

21. Foram aprovadas as nomeações de candidatas africanas aos postos a seguir indicados:
- (i) Presidente do Conselho de Administração da OIT – África do Sul;
 - (ii) Vice-presidente da Conferência .. – Egipto;
 - (iii) Painel de Selecção de Auditores Externos para programas de trabalho decentes para os países – Malawi;
 - (iv) Candidato à Auditoria Externa – Nigéria;
 - (v) Cursos de Inglês do Instituto Internacional de Estudos Sociais para 2007 – Quênia; e
 - (vi) Comité de Acreditação – Benin.

Ponto 9 (a) da Agenda de Peritos: Organização de Unidade dos Sindicatos Africanos da OATUU) – LSC/EXP/9ª (IV)

22. A reunião Ministerial tomou nota do Relatório.

Ponto 9 (b) da Agenda de Peritos: Confederação Pan-Africana dos Empregadores – LSC/EXP/9b (IV)

23. A reunião Ministerial tomou nota do Relatório.

Ponto 9 (c) da Agenda de Peritos: Confederação Internacional de Sindicatos Livres- Organização Regional Africana (ICFTU-AFRO) – LSC/EXP/9c (IV)

24. A reunião Ministerial tomou nota do Relatório

Ponto 9(d) da Agenda de Peritos: Instituto Africano de Reabilitação (IAR) Actividades do Instituto – LSC/EXP/9d (IV)

25. A Reunião Ministerial tomou nota das seguintes recomendações:

- (i) O IAR deve iniciar visitas de sensibilização aos Estados Membros, para informar-lhes sobre o trabalho do Instituto e procurar membros;
- (ii) Os Estados Membros devem integrar pessoas com deficiências em todos os programas de desenvolvimento;
- (iii) A CUA deve prever a separação da CTAS, tal como recomendado pelo workshop no Congo, e reiterado pela 17ª Reunião do Conselho de Administração do IAR, de modo a permitir que uma reunião sobre questões sociais tenha lugar ano sim, ano não;
- (iv) Os Estados Membros do IAR devem honrar as suas obrigações financeiras e, aqueles que não tenham feito, são instados a fazê-lo.

Ponto 9 (e) da Agenda de Peritos: União Pan-africana da Juventude – LSC/EXP/9e (IV)

26. Não foi apresentado nenhum relatório.

Ponto 9(f) da Agenda de Peritos: Conselho Superior dos Desportos em África (CSDA) – LSC/EXP/9f(IV)

27. O Relatório foi distribuído, mas não apresentado dado a ausência do Representante do Conselho Superior de Desportos em África (CSDA).

Ponto 9(g) da Agenda de Peritos: Centro Africano de Investigação Aplicada e Formação em Desenvolvimento Social (ACARTSOD) – LSC/EXP/9g (IV)

28. A Reunião Ministerial tomou nota das seguintes recomendações:

- (i) Os Estados Membros devem tirar partido das instituições existentes em África e utilizá-las o máximo possível. A este respeito, a ACARTSOD deve ser utilizada na condução de investigações sobre vários tópicos do interesse do Continente;
- (ii) A CUA deve colaborar e trabalhar estreitamente com a ACARTSOD no âmbito de todas as questões sociais, em particular, de projectos de investigação e de formação;
- (iii) Os Estados Membros devem apoiar a ACARTSOD e as suas actividades, e aqueles que não o fizeram até agora, devem tornar-se membros do Centro;
- (iv) Os Estados Membros agregados à ACARTSOD devem seguir o exemplo da Líbia, pagando as suas contribuições ao Centro;
- (v) A CUA deve apoiar a Iniciativa Gadaffi e os seus objectivos. Neste contexto, a ACARTSOD pode tornar-se num elo de ligação entre as autoridades líbias e a CUA no processo de implementação da iniciativa.

Ponto 10 da Agenda de Peritos: Pontos propostos pelos Estados Membros (Egipto)

Trabalhadores Migrantes Africanos: Tratamento, Protecção e Bem-estar: LSC/EXP/10 (IV)

29. Os Ministros endossaram a recomendação, segundo a qual, o relatório deve ser apresentado para discussão na próxima Sessão Ordinária da CTAS.

Ponto 11 da Agenda de Peritos: Data e Local da 5ª Sessão Ordinária da Comissão de Trabalho e dos Assuntos Sociais

30. O ponto em epígrafe foi remetida à nossa reunião Ministerial.

Ponto 12 da Agenda de Peritos: Questões Diversas

a) Apoio aos Trabalhadores Palestinos

31. A resolução sobre o apoio aos trabalhadores palestinos foi remetida à nossa atenção.

b) Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento – Ouagadougou, Maio de 2006

32. A Declaração será submetida à Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento, que foi remetida à consideração da nossa reunião ministerial.

c) A Iniciativa Gadaffi

33. A reunião tomou nota da exposição que fez sobre a Iniciativa Gadaffi.

d) 3ª Cimeira Mundial sobre o Emprego para os Jovens

34. A Reunião foi informada da 3ª Cimeira Mundial sobre o Emprego para os Jovens, que terá lugar no Quénia, em Setembro de 2006. Os delegados foram convidados a participar em massa nessa Cimeira.

Ponto 4 da Agenda: Relatório da 17ª Reunião do Conselho Administrativo do Instituto Africano de Reabilitação (IAR) – LSC/MIN/2 (IV)

35. O Relatório em epígrafe foi apresentado pelo Director Executivo Interino do Instituto Africano de Reabilitação, em nome do Presidente do Conselho de Administração. Após uma exaustiva análise, os Ministros tomaram nota do Relatório e endossaram as seguintes recomendações :

- (i) Os Estados Membros devem tornar-se membros do IAR e honrar as suas obrigações para com o Instituto, pagando as suas contribuições financeiras;
- (ii) O Instituto deve ser reestruturado através de uma revisão do seu mandato e objectivos, e um plano estratégico de 5 anos deve ser estabelecido;
- (iii) Um período de transição de um ano deve ser observado, durante o qual os Estatutos do Instituto seriam redigidos em conformidade com o seu novo mandato e objectivos;
- (iv) Uma reunião extraordinária deve realizar-se em Dezembro de 2006, com vista a analisar os Estatutos e a reestruturação do Instituto;

- (v) O Conselho Administrativo do IAR deve concentrar-se nos desafios com que as pessoas portadoras de deficiência se confrontam e no reforço do próprio Instituto;
- (vi) Os Estados Membros devem apoiar os deficientes e promover os seus direitos;
- (vii) Os Estados Membros devem implementar os objectivos da Década Africana de Pessoas Portadoras de Deficiência.

Ponto 5 da Agenda: Apresentação pelo Representante das Comunidades Económicas Regionais (CERs)

36. O Representante da CEDEAO apresentou o relatório de actividades da sua organização. Os ministros apreciaram a informação e, no final solicitaram a Comissão da UA que analise o Estatuto de Observador das CERs nas reuniões da CTAS.

Ponto da Agenda: Data e Local da 5ª Sessão Ordinária da Comissão de Trabalho e dos Assuntos Sociais da Comissão da União Africana

37. Na ausência de uma oferta por parte dos Estados Membros para acolher a próxima Sessão, decidiu-se que a 5ª Sessão Ordinária da Comissão de Trabalho e dos Assuntos Sociais da UA, terá lugar em Adis Abeba, Etiópia, em Abril de 2007.

Ponto 7 da Agenda: Questões Diversas

a) Apresentação sobre o Prémio para o Líder da Promoção dos Direitos da Criança em África

38. O Representante da CUA informou a reunião do seu Prémio para o Líder da Promoção da causa das Crianças em África, como consta no Documento de Orientação. Os ministros felicitaram a CUA e acolheram com agrado, essa iniciativa.

b) Apresentação sobre o Quadro da Política Migratória em África.

39. A Comissária responsável pelos Assuntos Sociais da CUA, informou a reunião de que a Comissão da UA tinha submetido um Quadro Estratégico à Sessão do Conselho Executivo, realizada em Sirte, Líbia, em Julho de 2005, que adoptou uma decisão solicitando a CUA a recolher os comentários/contribuições dos Estados Membros e a submeter um novo Quadro Estratégico à sua Sessão de Janeiro de 2006. Ela indicou ainda que a questão da migração e do desenvolvimento foi levantado pela Argélia, durante a Cimeira de Cartum, que se ofereceu para acolher uma reunião de peritos sobre a matéria. Entretanto, o Conselho Executivo tinha endossado a

proposta argelina. Finalmente, uma Posição Comum Africana foi adoptada pouco antes do encerramento da reunião de peritos, que teve lugar em Argel, de 3 a 5 de Abril de 2006.

40. A Comissária informou ainda de que a África tinha dois documentos sobre essa questão, nomeadamente, o Quadro Estratégico para uma Política Migratória em África e uma Posição Comum Africana sobre a Migração e o Desenvolvimento, e que estes dois documentos seriam posteriormente submetidos ao Conselho Executivo em Banjul, Gâmbia, em Julho de 2006.

c) Dia da Protecção Social

41. O Ministro responsável pelas Questões do Género, Trabalho e Desenvolvimento Social do Uganda informou a reunião da Conferência Regional Inter-governamental sobre a Protecção Social realizada em Livingston, Zâmbia, de 21 a 23 de Março de 2006. Depois de um longo debate sobre o assunto, transpirou o seguinte:

- (i) os delegados concordaram em princípio em proclamar um dia de protecção social;
- (ii) contactos com os Ministérios competentes seriam realizados a nível nacional e cada país escolheria uma data para celebrar o Dia da Protecção Social;
- (iii) este ponto seria inscrito na Agenda da próxima reunião da CTAS da UA para discussão.

d) Resolução sobre os Trabalhadores Palestinos

42. Os Ministros adoptaram unanimemente a Resolução em apoio aos trabalhadores palestinos.

Ponto 8 da Agenda: Cerimónia de Encerramento

43. A Comissária responsável pelos Assuntos Sociais agradeceu ao povo e ao governo da República Árabe do Egipto, pela calorosa recepção e hospitalidade estendida aos participantes e aos funcionários da Comissão. Ela afirmou a prontidão da Comissão de apoiar plenamente o Bureau e a CTAS.

44. Nas suas observações finais, a Presidente agradeceu aos membros do Bureau, a todos os delegados e a Comissão da União Africana, bem como o pessoal técnico, pela sua cooperação e trabalho árduo, que permitiram à reunião concluir os seus trabalhos com sucesso e de forma atempada. Ela fez um esboço da sua visão para a

Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais, que formariam as bases das suas acções durante o seu mandato como presidente. Em seguida, declarou oficialmente encerrada a reunião.

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 5517700 Fax: 5517844

**QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
DA UNIÃO AFRICANA PARA O TRABALHO
E ASSUNTOS SOCIAIS
22 – 27 ABRIL 2006
CAIRO, EGIPTO**

**EX.CL/260 (IX)
Anexo 2**

**RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DA UNIÃO
AFRICANA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA
CIMEIRA EXTRAORDINÁRIA SOBRE O EMPREGO E ALÍVIO DA
POBREZA EM ÁFRICA.**

PRIMEIRO RELATÓRIO BIENAL SOBRE O ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO PARA A PROMOÇÃO DE EMPREGO E ALÍVIO DA POBREZA ADOPTADA PELA CIMEIRA EXTRAORDINÁRIA DA UNIÃO AFRICANA SOBRE O EMPREGO E ALÍVIO DA POBREZA EM ÁFRICA (OUAGADOUGOU, BURKINA FASO, SETEMBRO 8-9, 2004)

ANTECEDENTE

1. A Cimeira Extraordinária da união Africana sobre o Emprego e Alívio da Pobreza em África (Ouagadougou, Burkina Faso, Setembro 8-9, 2004) adoptou uma Declaração, Plano de Acção e Mecanismo de Acompanhamento, clamando ao compromisso pelos Estados Membros em colocar o emprego no centr das políticas económicas e sociais. Os participantes à Cimeira comprometeram-se em desenvolver políticas económicas e sociais integradas e em implementar reformas aos níveis nacionais, regionais e continentais para eliminar os constrangimentos estruturais ao investimento e empresariado. Essas políticas são vistas no sentido de reforçar a igualdade de oportunidades aos grupos vulneráveis e marginalizados. A Cimeira Extraordinária adoptou uma Declaração Solene que coloca o emprego como objective explícito e central das políticas económicas e sociais para o alívio da pobreza de forma sustentável e endossou um plano de acção de onze pontos com vista a alcançar este objective. Colocou igualmente mecanismos de acompanhamento aos níveis nacionais, regionais e continentais incluindo calendários precisos para a implementação de modo a monitorar o processo à todos os níveis e prestar informação. Esses compromissos estão contidos nos documentos aoptados na Cimeira Extraordinária, nomeadamente (a) a Declaração sobre Emprego e Alívio da Pobreza em África [EXT/ASSEMBLY/AU 3 (III)], (b) Plano de Acção para a Promoção do Emprego e Alívio da Pobreza [EXT/ASSEMBLY/AU/4 (III) Rev.4], e (c) Mecanismo de Acompanhamento para a Implementação, Monitorização e Avaliação [EXT/ASSEMBLY/AU/ 5(III)].

2. O principal objective do Plano de Acção é “de reverter as dominantes e persistentes tendências actuais de pobreza, desemprego e baixo-emprego no continente, e obter melhoria tangíveis nos padrões de vida da população e das suas famílias aos níveis nacionais e comunitários em África”. O Plano de Acção proporciona as linhas-mestras e principais objectives para que os Estados Membros formulem os seus próprios mecanismos com base nas suas necessidades e especificidades nacionais. Na sua sabedoria, os Chefes de Estado e de Governo cientes de que isto seria uma tarefa difícil e desta forma adoptaram onze (11) áreas prioritárias de acção. As areas prioritárias são estruturadas aos níveis de intervenção nacional, regional e continental. Os Estados Membros, em colaboração com os principais colaboradores, são chamados à utilizar o Plano de Acção para desenvolver e implementar os seus próprios Planos de Acção Nacionais à curto, médio e longo-prazos, para criar empregos e erradicar a pobreza. As áreas identificadas, são as seguintes:

- i. Desenvolver liderança política e compromisso para criar um ambiente que permita a boa governação para investimento, desenvolvimento e alívio da pobreza no contexto da NEPAD e o alcance dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMDs);

- ii. Promoção do sector agrícola e de desenvolvimento rural, da gestão sustentável do ambiente para segurança alimentar e o desenvolvimento de infraestruturas de apoio;
- iii. Desenvolvimento de um quadro apropriado para a integração e harmonização das políticas económicas e sociais;
- iv. Melhoria e fortalecimento dos esquemas de protecção social existentes e a sua extensão aos trabalhadores e suas famílias actualmente excluídas, bem como a segurança, saúde e higiene no trabalho;
- v. Empoderamento da mulher com a sua integração nos mercados de trabalho e permitir que elas participem de forma efectiva no desenvolvimento de estratégias, políticas e programas de redução da pobreza;
- vi. Formação humana e institucional para as instituições públicas e privadas encarregues pela promoção de emprego e alívio da pobreza, incluindo os parceiros sociais e outros actores relevantes da sociedade civil;
- vii. Utilização de sectores chaves com alto potencial de emprego para gerar mais empregos e disponibilizar recursos adequados para esse propósito;
- viii. Criação de cooperação internacional, globalização justa e equitável, e parcerias para um apoio internacional fortalecido aos esforços de África tendentes ao alcance do desenvolvimento sustentável, enfatizando a agenda do emprego, alívio da pobreza, integração regional e uma melhor participação no processo de globalização;
- ix. Promoção da cooperação económica regional entre as Comunidades Económicas Regionais (CERs) de modo a expandir o espaço económico, o comércio intra e inter-regional, os mercados e explorar as economias de escala;
- x. Ter como alvo e empoderar os grupos vulneráveis tais como as pessoas com deficiências, as pessoas adultas, os migrantes, as crianças, os jovens e as pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA, Malária, Tuberculose e Outras Doenças Infecciosas Relacionadas, as pessoas deslocadas internas, os refugiados, os migrantes e os trabalhadores pobres; e
- xi. Mobilização de recursos aos níveis nacional, regional e internacional.

3. Cada área prioritária é acompanhada por um conjunto de estratégias, bem como de acções recomendadas para as implementar. Tudo isso foi feito para assegurar que as aspirações da cimeira sejam realizadas à letra, uma vez que iniciativas passadas não resolveram o problema da pobreza e desemprego. Os

mecanismos de acompanhamento estabelecem as modalidades de avaliar os progressos alcançados na implementação da Declaração e Plano de Acção aos níveis nacional, regional e continental. Os Estados Membros e as Comunidades Económicas Regionais (CERs) foram designados como os dirigentes responsáveis pela implementação. Mais adiante, a Cimeira clamou às agências das Nações Unidas, às Instituições Financeiras Internacionais, aos Bancos regionais e continentais a adoptar maior coerência política e a aumentar os apoios para a agenda emprego no contexto das estratégias de desenvolvimento nacionais e outras. Espera-se que os Estados Membros, em colaboração com as CERs, submetam relatórios de progresso bienais sobre o estado de implementação à Comissão da União Africana do Trabalho e Assuntos Sociais (o primeiro relatório bienal a ser presente também em Abril de 2006) ao passo que se espera que a Comissão da União Africana prepare um Relatório Abrangente de Avaliação em 2009 e 2014.

ACÇÕES DA COMISSÃO UNIÃO AFRICANA

4. Ao nível continental, a União Africana foi mandatada pela Cimeira Extraordinária a coordenar o acompanhamento e avaliação da implementação da Declaração e Plano de Acção ao nível continental. Por outro lado a Comissão da União Africana do Trabalho e Assuntos Sociais foi identificada como o órgão competente para prestar observação ao acompanhamento e avaliação. No decorrer desse mandato, a Comissão da União Africana e a Comissão da União Africana do Trabalho e Assuntos Sociais realizou as actividades abaixo alistadas.

5. Em conformidade com a Decisão (13) do Mecanismo de Acompanhamento para a Implementação, Monitorização e Avaliação, a Comissão da União Africana realizou uma reunião consultiva com as CERs e os parceiros de cooperação para popularizar os resultados da Cimeira a nível regional. A Organização internacional do Trabalho (OIT) apoiou a primeira reunião entre a União Africana e os CERs que se realizou em Adis Abeba de 27-28 de Setembro de 2005. Teve o objectivo de fortalecer e melhorar a cooperação da Comissão da União Africana, OIT e os CERs sobre o acompanhamento da Cimeira. A reunião destacou a necessidade para o reforço da capacidade das CERs na monitorização da implementação do Plano de Acção. Igualmente identificou as diferenças de capacidades como um dos principais factores que inibem a formulação e implementação de iniciativas de emprego no continente. A reunião adoptou i) Linhas mestras para os Estados Membros e CERs sobre o acompanhamento da Cimeira Extraordinária; ii) um formato de relatório; e iii) um roteiro para acções imediatas. Os relatórios dos Estados Membros, CERs, Agências das Nações Unidas etc, são baseados nesse formato de relatório.

6. Posteriormente, a União Africana irá organizar no decorrer do ano 2006 uma série de reuniões regionais nos cinco blocos regionais para disseminar a informação sobre o resultado de Ouagadougou e apoiar os esforços de reforço de capacidades nas CERs para apoiar-las em cumprir o mandato concedido às instituições pela Cimeira de Ouagadougou. Os alvos das reuniões são os funcionários dos Ministérios do Trabalho e Bem-Estar Social, dos Ministérios das Finanças ou de Planeamentos Nacionais, dos Ministérios do Comércio e Indústrias, Organizações de Empregadores e Sindicatos. As datas e locais previstos são as seguintes:

- i. África Austral (Whindhoek, 15-17 de Maio de 2006). Os países a serem incluídos são Angola, África do Sul, Botswana, Lesotho, Madagascar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, Zimbabue e Zâmbia.
- ii. África Ocidental (Abuja, 19-21 de Julho de 2006). Os países participantes serão a Nigéria, Níger, Burkina Faso, Mali, Senegal, Gâmbia, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Sierra Leone, Côte d'Ivoire, Togo, Benin, Gana, e Cabo Verde.
- iii. África Central (Brazzaville, 5-7 de Setembro de 2006). Os países participantes incluirão o Burundi, República Democrática do Congo, República do Congo, Gabão, República Centro Africana, Camarões, Tchad e São Tomé e Príncipe.
- iv. África Oriental e Corno de África (Cartoum, 26-28 de Setembro de 2006). Os países participantes incluirão as Comores, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Ruanda, Seychelles, Somália, Sudão, Tânzania e Uganda.
- v. África do Norte (Túnis, 3-5 de Outubro de 2006). Os países participantes incluirão a Argélia, Egípto, Líbia, Tunísia, República Árabe Saharawi e Mauritânia.

Respostas ao questionário

7. As linhas-mestras sobre o acompanhamento à Cimeira Extraordinária, um formato de relatório e um roteiro para acções imediatas foram enviados aos Estados Membros, CERs, Agências das Nações Unidas, etc em Janeiro de 2006. Os questionários completos deviam ser devolvidos à Comissão da União Africana até 28 de Fevereiro de 2006. Pelo facto de terem sido recebidas poucas respostas à esta data, foram enviados avisos enquanto a data foi aumentada para 31 de Março de 2006. Este relatório é baseado nas respostas recebidas de um total de vinte e um (21) Estados Membros: Argélia, Benin, Burkina Faso, Burundi, RCA, Camarões, Tchad, RDC, Côte d'Ivoire, Egípto, Líbia, Mali, Mauritânia, Maurícias, Ruanda, Senegal, África do Sul, Sudão, Togo, Tunísia e Zimbabue. De sete CERs reconhecidas oficialmente – AMU, CEN-SAD, COMESA, CEEAC, ECOWAS, IGAD e SADC – resposta foi recebida da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). Do lado das Nações Unidas, somente a OIT e a UNECA enviaram de volta os seus questionários. O relatório que se segue é baseado nas respostas recebidas até 31 de Março de 2006.

ACÇÕES REALIZADAS PELAS COMUNIDADES ECONÓMICAS REGIONAIS (CERs)

8. A Cimeira identificou as CERs como sendo reponsáveis pela coordenação da Declaração e Plano de Acção nas suas várias regiões. A implementação das decisões da Cimeira pelas CERs supunha assegurar que a geração de emprego e o alívio da pobreza se tornassem o centro dos seus programas e políticas.

Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC)

9. Um workshop regional sobre o acompanhamento à Cimeira de Ouagadougou foi realizado em Douala, Camarões de 5-7 de Dezembro de 2005. O workshop tripartido deu oportunidade aos Estados Membros da CEEAC para preparar os seus relatórios nacionais. Os participantes foram escolhidos de Angola, Burundi, Camarões, RCA, Tchad, Condo, RDC, Guiné Equatorial, Gabão e Ruanda. Outras actividades em que os resultados da Cimeira foram disseminados, e realizadas com o apoio da OIT, incluem um Workshop sobre as estratégias para a integração e emprego nos Documentos de Estratégias para a Redução da Pobreza, workshop sobre políticas de emprego e de envolvimento de recursos humanos, e um workshop sobre uma agenda global para emprego e empresariado cooperativo.

ACÇÕES DOS ESTADOS MEMBROS

Actividades nacionais imediatas pós-Cimeira

10. A Cimeira colocou em circulação um número de actividades em vários países. Essas variaram de reuniões ministeriais, reuniões consultivas, seminários de disseminação e cobertura dos média à criação de comités de implementação de acompanhamento. No Zimbabue o Chefe de Estado debruçou-se sobre as deliberações da Cimeira na televisão nacional e fé-lo igualmente na imprensa escrita. No Ruanda, Mali, Sudão, Togo, Côtêd'Ivoire, Burkina Faso e Argélia, os documentos dos resultados foram discutidos ao nível ministerial. Em outros países como o Ruanda, Tchad e Burundi as discussões sobre o mesmo foram feitas ao nível inter-sectorial, envolvendo vários participantes incluindo parceiros sociais e outras organizações da sociedade civil. No Benin, a função dos vários actores e das áreas prioritárias de trabalho foram identificadas imediatamente após a Cimeira.

Estruturas/Instituições para a implementação da Declaração e Plano de Acção

11. Enquanto alguns países criam novas estruturas para implementar a Declaração e Plano de Acção, a maioria usou os já existentes, e/ou incorporaram um número de outros participantes. Onde já existiam, os termos específicos de referência-Ouagadougou foram simplesmente adicionados aos já existentes. Em todos os casos, os Comitês de acompanhamento não só cruzam os vários ministérios, mas também os actores não-estatais serão abrangidos.

12. No Senegal um comité inter-sectorial de acompanhamento foi criado por Decreto Presidencial nº 2005.28 de 10 de Janeiro de 2005. O Comité Nacional Egípcio foi formado por uma decisão do Primeiro Ministro em Maio de 2005, chefiado pelo Ministro dos Recursos Humanos e Migrações com membros de vários ministérios, Sindicatos, Organizações de Empregadores e algumas Organizações da Sociedade Civil. A função do Comité inclui a formulação de um Plano de Acção Egípcio, acompanhamento da sua implementação e avaliação do progresso realizado acrescentando a preparação e proposta de relatórios periódicos à Comissão da União Africana. No Burkina Faso, a criação da Autoridade Nacional para a Promoção do Emprego e luta contra a Pobreza ou a « Autorité Nationale pour la Promotion de l'Emploi et la Lutte contre la Pauvreté (APELP) ». O Comité de acompanhamento foi recomendado após duas consultas ministeriais. A África do Sul utilizou instituições e estruturas existentes no processo de implementação. De igual

modo no Zimbabue, estruturas existentes foram utilizadas – um Comité Executivo para a Geração de Emprego e Alívio da Pobreza que existiu durante o período do projecto Emprego para África da OIT/UNDP, foi resuscitado e está agora a dirigir a implementação da Declaração e Plano de Acção, com representantes do sector público e privado, governo, emprego, institutos de pesquisa e ONGs. No Sudão, uma proposta para estabelecer um Comité Ministerial englobando os principais ministérios foi feito, e um comité técnico para o acompanhamento da implementação foi estabelecido. No Tchad, um comité inter-ministerial de acompanhamento foi criado pelo Primeiro Ministro na qualidade de Chefe de Governo. Na RCA, pelo decreto nº 493 de 1 de Agosto de 2005, um comité multi-participativo sobre emprego e luta contra a pobreza foi constituído pelo Ministro dos Serviços Públicos, Emprego, Segurança Social, Formação Técnica e Juventude. Outros comités de acompanhamento inter-sectoriais existem nos Camarões, Benin e Ruanda. No Ruanda, uma unidade técnica no Ministério de Serviços Públicos, Desenvolvimento de Habilidades e Emprego (MIFOTRA) foi trocado com a implementação e acompanhamento à Declaração e Plano de Acção, mas em colaboração com a Unidade de Planeamento e Redução da Pobreza do Ministério das Finanças e Planeamento Económico (MINECOFIN).

Descrição das principais políticas e iniciativas e aplicação da geração de emprego nas políticas e estratégias nacionais de crescimento.

En l'état actuel, la création d'emploi est considérée comme une retombée des stratégies et politiques de développement. De sorte que les questions d'emploi ne sont pas explicitement traitées dans la programmation des mesures pour la croissance économique. Le Plan d'action national en cours se propose de corriger cette situation.

Resposta do Questionário da Cote d'Ivoire.

13. A citação acima por si só resume o facto de que “Ouagadougou” trouxe de volta o emprego às mesas dos órgãos decisórios. Dos relatórios recebidos, é claro que o “emprego” já não é preocupação somente dos ministérios do emprego mas objectivos nacionais. Isto pode ser ilustrado pelas várias iniciativas nacionais nas quais políticas de crescimento pró-pobreza e geração de emprego foram aplicadas nos processos de desenvolvimento.

14. No Burkina Faso, o emprego tornou-se uma prioridade nacional. Sua Excelência Blaise Compaore colocou o emprego na sua agenda para o Programe 2006-2010 entitulado « Le Progrès continu pour une société d'espérance ». Além do mais o Ministério da Juventude e Emprego foi a partir daí criado, o que significa a resposta do governo ao emprego da juventude. No Sudão um mecanismo tripartido foi estabelecido para fortalecer o emprego da juventude. Nas Maurícias a geração de emprego é um dos principais objectivos das políticas nacionais para o crescimento e desenvolvimento. O Serviço de Emprego do Ministério do Trabalho, Relações Industriais e Emprego tem 13 centros de emprego regionais em toda a ilha para o registo dos que procuram por emprego, prestação de informação sobre o mercado de trabalho, aconselhamento aos que procuram por emprego e alocação. Além disso a atenção está agora a ser dada na geração de emprego e a recolocação de trabalhadores dispensados. A criação de emprego para os jovens recém-

formados, por exemplo, em Tecnologias de Informações é favorecido. No Sudão um seminário tripartido foi realizado como uma forma de assegurar que o Trabalho Decente é uma parte indispensável da estratégia de alívio da pobreza.

15. No Zimbábue o governo, reconhecendo o trabalho realizado pelas Cooperativas na redução da pobreza e geração de emprego, reviu a Política de Cooperativismo para a colocar em concordância com a Recomendação 193 da OIT. O Governo iniciou igualmente a implementação da Política Nacional da Juventude, que inclui a promoção de formação de habilidades educacionais e vocacionais, emprego para a juventude e acesso aos recursos e o empoderamento e participação da juventude. Na Mauritânia vários estudos sobre a geração de emprego foram iniciados, ao passo que uma agência para o emprego da juventude chamada “Agence National de promotion de l’Emploi des Jeunes (ANAPAJ) para assegurar que a alocação de emprego seja estabelecida. O “Comite Technique Sectorial” (CTS) foi formado que inclui os departamentos interessados, os sindicatos, Organizações da Sociedade Civil e outros parceiros de colaboração. No Tchad Ouagadougou reforçou o facto das receitas do petróleo deverem ser canalizadas para o sector social. Na Côte d’Ivoire o emprego para a juventude, eliminação do trabalho infantil e a promoção do diálogo social foram definidas como prioridades. O Ruanda embarcou no desenvolvimento do micro-financiamento rural e promoção de Tecnologias de Informação e Tecnologias. Estão em curso planos para uma pesquisa nacional de emprego até ao fim de 2006. O Mali tornou o emprego para a juventude uma agenda nacional, por essa razão criou o “Fonds National pour l’Emploi des Jeunes (FNEJ) » e a « Agence pour la Promotion de l’Emploi des Jeunes (APEJ) ». no Burundi a Cimeira incentivou a revitalização do Conselho Nacional de Emprego, cujo órgão esteve inactivo devido à situação política e financeira que o país experimentou.

Desenvolvimento de dados de base nacionais/regionais para a avaliação da troca/progresso

16. Toda a essência para adoptar o Mecanismo de Acompanhamento para a Implementação, Monitorização e Avaliação [EXT/ASSEMBLY/AU/ 5(III)] pela Cimeira Extraordinária foi para assegurar que o progresso na geração de emprego e alívio da pobreza pudesse ser avaliado. Enquanto um número de Estados Membros mostraram grande interesse na monitorização dos progressos (ou falha entretanto), mais trabalho necessita ser feito de modo a tornar isto uma realidade de país para país. Não obstante a isso, importa realçar os compromissos tendentes ao desenvolvimento de sistemas bases. O Governo do Zimbábue está em vias de estabelecer uma base de dados sobre o Sistema de Informação do Mercado de Trabalho que irá obter dados a ser usada como uma base nacional, uma vez que a informação actual do Gabinete Central de Estatísticas não está actualizada. Nas Maurícias está planificado um sistema de informação sobre o mercado de trabalho que se possa aceder pela Internet. Observatórios de Emprego estão em processo de serem estabelecidos ou fortalecidos na Argélia, Tchad, Camaões, Mauritânia e Ruanda. O Burkina Faso tenciona integrar este mecanismo de monitorização no quadro dos Documentos Estratégicos de Redução da Pobreza que é revisto periodicamente. Já estão em curso trinta e três indicadores relacionados à pobreza.

Foco sobre as áreas prioritárias seleccionadas do Plano de Acção Continental e Desenvolvimento de Planos de Acção nacionais/sub-regionais

17. O Plano de Acção adoptado em Ouagadougou foi aplicado correctamente pelos Estados Membros. Um número de países identificou as prioridades com base nas suas necessidades nacionais. No Zimbábue, o Plano de Acção foi transformado num plano nacional completo com uma projecção orçamental. O foco das Maurícias está na recolocação dos trabalhadores excedentários, com a Unidade de Recolocação a levar a cabo campanhas de sensibilização em colaboração com outros participantes tais como os que providenciam empréstimos, assistência técnica no desenvolvimento dos negócios e marketing dos produtos/serviços. No Sudão, após o dividendo da paz, a reabilitação e aumento das capacidades e reintegração dos ex-combatentes na força de trabalho foi incluída no plano de acção proposto; de igual modo foi o emprego para a juventude. O Governo do Togo está a preparar o “Document Cadre de Politique de l’Emploi et de Lutte Contre la Pauvrete (DCPELCP)”, que engloba as suas áreas prioritárias de trabalho. O Tchad priorizou o emprego para a juventude e mulher, e a promoção do diálogo social no seu plano nacional de 2005-2015, com uma fase piloto a ser de 2005-2008. Por seu lado, a Côte d’Ivoire incluiu as prioridades números 4, 6 10 e 11 no seu plano de acção nacional : o emprego nas áreas rurais, a protecção social, o emprego para as mulheres, juventude e populações marginalizadas, e a melhoria dos sistemas de informação dos mercados de trabalho. No Benin o foco foi colocado sobre o desenvolvimento rural, saúde, desenvolvimento de infraestruturas, comunicações e protecção social. Os planos nacionais foram também desenvolvidos no Burkina Faso, Quénia, Mali, Malawi, Líbia, Níger, Nigéria, Tanzânia, Swazilândia e Zâmbia.

Relações de trabalho estabelecidas e/ou planificadas com ONGs, Organizações Regionais/CERs para o acompanhamento à Cimeira

18. Com base nas respostas dos Estados Membros, não há dúvidas que Ouagadougou fortaleceu a função dos actores não-estatais nos processos de acompanhamento. O envolvimento das ONGs foi sem precedentes. Na África do Sul, estão a ser levadas a cabo consultas com todos os parceiros através do Concelho de Desenvolvimento Nacional e Emprego (NEDLAC) e outros mecanismos de consulta e instituições onde um número de questões de interesse nacional são discutidas e acordadas. Na Côte d’Ivoire este impeto desmoronou-se desde o início da crise. As ONGs são activas nos órgãos nacionais de acompanhamento no Zimbábue, Maurícias, Senegal e Mali. Na África do Sul e Benin as relações iniciaram com as CERs em questões de emprego e alívio da pobreza. Na África Austral há uma iniciativa para o re-estabelecimento do Sector de Emprego e Trabalho da SADC que será utilizado para consulta sobre questões de emprego e trabalho na região.

Ligações entre as estratégias desenvolvidas para a implementação do Plano de Acção e dos processos dos Documentos Estratégicos de Redução da Pobreza/Estratégia de Redução da Pobreza

19. Dos 60 países que globalmente já desenvolveram por completo ou interinamente os Documentos Estratégicos de Redução da Pobreza, 31 são de

África¹. Apesar de nem todos os países africanos terem Documentos Estratégicos de Redução da Pobreza apoiados pelo FMI e Banco Mundial, todos têm alguma forma de Estratégia de Redução da Pobreza (PRS). Evidências atestam que mais países fazem concordar os seus planos de redução da pobreza aos resultados da Cimeira de Ouagadougou. Além do mais o emprego está a ser visto como parte integral dessas estratégias. Isto foi confirmado pelo Ruanda, República Centro-Africana, Líbia, Burkina Faso, Camarões, Comores, Zimbábue, Chade, Burundi, Senegal, Benin, Mali, Quénia, Malawi, Níger, Nigéria, Tanzânia, Swazilândia e Zâmbia.

Estratégias de Mobilização de Recursos para apoio às actividades pós-Cimeira

20. A área prioritária nº 11 refere-se à mobilização de recursos aos níveis nacional, regional e internacionais. Esta está a se tornar a principal de modo a assegurar a implementação dos resultados de Ouagadougou. Uma vez que o emprego é aplicado nos programas e políticas nacionais, os recursos são disponibilizados localmente dos orçamentos nacionais, mas tem aumentado a procura de apoios dos doadores. Um número de países colocou a OIT e outras agências da Nações Unidas como possíveis financiadores. A Côte d'Ivoire têm uma proposta inovativa de estabelecer um "Fonds National de l'Emploi", financiado por 10 por cento do orçamento anual, porquanto a diferença será responsabilizada por ONGs, parceiros bilaterais e multilaterais. O Governo da África do Sul colocou à parte recursos financeiros para assegurar que questões de emprego e alívio da pobreza sejam implementados de forma efectiva. No Zimbábue, Senegal, Tchad, Ruanda e Burkina Faso, as actividades pós-Cimeira serão financiadas primeiramente dos Orçamentos Nacionais. O Sudão espera por apoios da OIT e da Organização Árabe do Trabalho (ALO) para levar a cabo estudos para determinar as necessidades de trabalho e emprego no Sudão. No Burundi o BAD é visto como um possível recurso de financiamento. A RCA espera por apoios da OIT para as suas várias actividades. Os Camarões e o Burkina Faso tencionam utilizar as economias do perdão das dívidas para a geração de emprego.

ACTIVIDADES DAS AGÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS, ETC

21. As organizações internacionais prestaram contribuições no processo que levou à realização da Cimeira Extraordinária sobre Emprego e Alívio da Pobreza. Por exemplo a contribuição aos Documentos das Questões da Cimeira foi feita pela OIT juntamente com a FAO, IFAD, FMI, OIM, ITU, UNAIDS, UNDP, UNECA, UNIDO, UNIFEM, UN/OHRLLS, UN/OSAA, PAM, OMS e o Banco Mundial. Outra contribuição da OIT – Sucesso África – foi usada no Fórum de Parceiros Sociais.

Organização Internacional do Trabalho

22. Tal como fez a altura da Cimeira, a OIT continuou a apoiar a realização dos resultados da Cimeira. Após a Cimeira em Setembro de 2004, uma Força Tarefa da OIT preparou uma Nota Guia para uma estratégia abrangente de escritório e para programas operacionais para apoio ao acompanhamento à Cimeira. Prestando

¹ Informação de 31 de Março de 2006, do Sítio do Banco Mundial URL <http://siteresources.worldbank.org/INTPRS1/Resources/boardlist.pdf>.

assistência técnica, a Nota Guia identifica um conjunto de princípios de conteúdo abrangente, bases de conhecimento, parcerias e o processos. As intervenções foram reservadas aos níveis nacional, regional, continental e global. Em África, a OIT leva associou os seus planos de trabalho com os resultados e recomendações da Cimeira e para apoio à União Africana e os seus membros na implementação do programa.

23. Ao nível nacional, a OIT continuou a apoiar a aplicação da Agenda de Trabalho Decente nos planos e quadros de desenvolvimento nacionais (Estratégia de Redução da Pobreza, CCA/UNDAF, Documentos Estratégicos de Redução da Pobreza). O apoio da OIT ao acompanhamento está a ser implementado sob solicitação de Instituições de acompanhamento nacionais constituídas conforme recomendação da União Africana. Porquanto o trabalho está a ser apoiado em todas as principais áreas identificadas pelo Plano de Acção adoptado pela Cimeira Extraordinária da União Africana, o apoio da OIT ao nível nacional foi nas seguintes quatro áreas principais, nomeadamente: i) planos de acção de emprego para a juventude; ii) melhoria da informação e análise do mercado de trabalho; iii) apoio técnico para tornar o emprego essencial para os quadros de desenvolvimento; iv) empresariado feminino. Essas áreas foram igualmente identificadas pelos constituintes tripartidos como prioridades para os Programas de Trabalho Decente no País em muitos países africanos para 2006-07.

Ao nível regional, a OIT continuou a fortalecer as suas relações com as Comunidades Económicas Regionais (CERs). A reunião consultiva entre as CERs e a Comissão da União Africana em Setembro de 2005 foi proposta pela OIT. A iniciativa conjunta teve como objectivo o encorajamento e fortalecimento das modalidades de implementação da Declaração de Ouagadougou sobre o Emprego e Alívio da Pobreza em África e Plano de Acção para a promoção do emprego e alívio da Pobreza. O propósito da reunião foi o de fortalecer e aumentar a cooperação entre as duas entidades no processo de implementação do acompanhamento à Cimeira Extraordinária da União Africana. De igual modo, as CERs notaram que careciam da capacidade para de forma adequada executar a função de coordenação à elas imposta. Para responder à essa demanda, os Escritórios da OIT em África irão trabalhar em estreita colaboração com os Secretariados das CERs em 2006-07. Já em Dezembro de 2005, a OIT apoiou uma Reunião pós-Cimeira da CEEAC (Douala, Camarões) na qual o estado actual das actividades de acompanhamento da Cimeira foram revistos e as funções e responsabilidades da CEEAC foram discutidas. Subsequentemente, uma Cimeira da estrutura de acompanhamento da CEEAC foi estabelecida. Tal como a OIT irá apoiar as cinco reuniões regionais para disseminar informação sobre os resultados de Ouagadougou e apoio dos esforços de reforço das capacidades nas CERs para apoiar-las no cumprimento do mandato concedido às instituições pela Cimeira de Ouagadougou.

24. O Escritório Sub-Regional da OIT na África Austral em Harare organizou uma Conferência sobre “O Desafio do Emprego para a Juventude no Contexto da África Austral” em Outubro de 2005. Planos de Acção da África Austral e nacionais para a geração de de emprego e redução da pobreza e um programa apoiado pela OIT foram os resultados da Conferência. Durante a Conferência, no ve países acordaram que o sector agrícola deve ser o objectivo para a geração de emprego

para a juventude; e o emprego para a juventude deve ser a prioridade nos seus DWCPs. Uma Conferência Ministerial da África Oriental sobre o acompanhamento à Cimeira Extraordinária da União Africana foi realizada em Zanzibar em Maio de 2005. A OIT foi mandatada à apoiar o processo de acompanhamento.

25. Ao nível continental, o trabalho da OIT tem como objectivo a Comissão da União Africana; A Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais da União Africana e os parceiros sociais. O Escritório Regional já colocou um economista sénior em tempo integral com a principal responsabilidades de prestar assistência técnica à CUA, às CERs, Escritórios Sub-Regionais da OIT, e as constituintes da OIT para encorajar e fortalecer as suas actividades nas modalidades de implementação dos compromissos de Ouagadougou. Para apoiar no reforço da capacidade da CUA, um consultor cedido pela OIT foi também colocado à disposição da CUA. Outra iniciativa já tomada pela CUA como acompanhamento à Cimeira é a criação de Força Tarefa conjunta UA/OIT para pensamento estratégico, análise e formulação de propostas para estimular a geração de emprego em África. A Força Tarefa conjunta da UA/OIT iniciou formalmente as funções em 14 de Fevereiro de 2006, e um número de reuniões já foram realizadas. Além disso a produção de brochuras pós-Cimeira e de CD-ROMs foi possível através dos apoios técnico e financeiro do Escritório Reional da OIT para África.

26. À nível global, o Escritório Regional Africano procurou alianças estratégicas com as Instituições de Bretton-Woods, com o Banco de Desenvolvimento Africano, organizações bilaterais e multilaterais de apoio à Agenda Trabalho Decente. Com a instalação do Escritório Regional para África em Adis Abeba, a cooperação com a Comissão da União Africana e a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) foi posteriormente fortalecida; tanto ao nível operacional como ao nível de políticas. A colaboração com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África) serão posteriormente fortalecidas. Daí, haverá uma melhor coordenação sinérgica das actividades para uma mobilização de recursos conjunta à favor da implementação do acompanhamento à Cimeira de Ouagadougou.

Table 1. ILO support for implementation of the African Union Action Plan: Key areas

Key areas/African Union Action Plan priority	Continental level	Regional level	National level	Supporting agencies
Youth Employment (Priority 10)	<ul style="list-style-type: none"> - Rural Youth Employment initiative - Comparative study of developing countries that includes Cameroon, Ethiopia, Mali and Morocco 	<ul style="list-style-type: none"> - Regional Conference on Youth Employment Challenge in Southern Africa (Harare, Oct. 2005) - Eastern Africa (Kenya, United Republic of Tanzania, Uganda) 	Ghana, Mali, Côte d'Ivoire, Kenya, United Republic of Tanzania, Uganda, Burkina Faso, Egypt, Burundi, Senegal	<ul style="list-style-type: none"> - Youth Employment Network (YEN) - International Fund for Agricultural Development (IFAD)
Women's Entrepreneurship (Priority 5)	<ul style="list-style-type: none"> - Workshop on Promoting Women's Entrepreneurship through Employers' Organizations (May, 2006) 		Zambia, Ethiopia, United Republic of Tanzania, Kenya, Uganda, Mali, Mauritania, and Senegal	<ul style="list-style-type: none"> - Development Cooperation Ireland - African Development Bank - International Finance Corporation (IFC) (east and southern Africa)
Labour Market Information Systems (Priority 6)			Ethiopia, Ghana, Mali, Madagascar, Mauritius, Seychelles, Uganda and Algeria	<ul style="list-style-type: none"> - African Capacity Building Foundation (ACBF)
Employment central to economic and social policy-making including development frameworks and PRSPs (Priority 3)	<ul style="list-style-type: none"> - Support to the African Union/ Labour and Social Affairs Commission in their inputs to the African Common Position on MDGs advocating the importance of employment and decent work <p>Summit provided ministers both at regional level (Labour and Social Affairs Commission) and subregional level (ECOWAS, SADC, etc.) with a strategic platform and guiding principles to address employment and development issues</p>		Burkina Faso, Senegal, Kenya, United Republic of Tanzania, Uganda, Sudan, Morocco, Ghana, Mali, Côte d'Ivoire, Cameroon, Burundi, Zambia, Ethiopia, Nigeria, and Madagascar, Gabon, Chad, South Africa	

Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA)

27. A Comissão Económica para África participou activamente na reunião da UA/CER de Setembro de 2005 em Adis Abeba. A seguir à reunião a ECA produziu um Relatório Económico sobre os assuntos de abordagem completa de desemprego e pobreza em África, trabalhando estreitamente com a OIT. O ECA colaborou igualmente com a OIT para preparar um documento quadro sobre Políticas Macroeconómicas para a promoção de Emprego para África, tendentes à regulamentar na formulação de uma nova geração de políticas macroeconómicas que fossem para além dos objectivos tradicionais de preço e estabilidade externa. Posteriormente, o ECA dedica à Conferência dos Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento a ser realizada em Maio, assuntos relacionados com a implementação da Declaração e Plano de Acção de Ouagadougou. Em particular, o ECA deve impulsionar os ministros à considerar estratégias para colocar as questões do emprego nos quadros macroeconómicos nacionais. Ao nível sub-regional, os Escritórios do ECA na África Ocidental e Austral levaram a cabo reuniões do Comité de Peritos Inter-Governamental que focalizou principalmente em questões sobre a geração de emprego, todas em Março de 2006. O principal desafio é estabelecer modalidades concretas para uma colaboração tranquila com a OIT e a UA, especialmente relativamente ao reforço das capacidades nos Estados Membros. O ECA propõe o estabelecimento de um Fórum Regional sob a responsabilidade da UA, OIT, ECA e das CERs que apoiará a monitorização e avaliação da geração de emprego, do reforço de capacidade em todos os aspectos da política, organização de formação em parceria e partilha de conhecimentos.

Estados Membros/CERs/Agências das NU/etc.	Resposta ao Questionário	Actividades pós- Cimeira imediatas	Foco sobre as áreas prioritárias seleccionada/Formu lação e Adopção do Plano de Acção Nacional	Uso das Estruturas existentes e/formação de novas estruturas para a implementação do Plano de Acção	Estabelecimento de realações de trabalho com as ONGs, CERs, etc para a implementação do Plano de Acção	Mudanças de Política/Ligações e aplicação de políticas e programas nacionais de emprego e alívio da pobreza com as decisões da Cimeira	Desenvolvimento planificado dados de bases nacionais/sub- regionais para a avaliação dos progressos na implementação das decisões da Cimeira da UA.	Identificação de mecanismos de mobilização de recursos (tanto internos e externos)
1. Argélia	√	√	√	√	√	√	√	√
2. Angola	×							
3. Benin	√	√						
4. Botswana	×		√	√	√	√	√	√
5. Burkina Faso	√	√	√	√	√	√	√	√
6. Burundi	√	√	√	√	√	√	√	√
7. Camarões	√	√	√	√	√	√	√	√
8. Cabe Verde	×							
9. RCA	√	√	√	√	√	√	×	√
10. Tchad	√	√	√	√	×	√	√	√
11. Comores	×							
12. Congo	×							
13. RD Congo	√	√	√	√	√	√	√	√
14. Cote d'Ivoire	√	√	×	√	×	√	×	√
15. Djibouti	×							
16. Egipto	√	√	√	√	√	√	×	√
17. Eritrea	×							
18. Etiópia	×							

19. Gabão	x								
20. Gâmbia	x								
21. Gana	x								
22. Guiné Bissau	x								
23. Guiné Equatorial	x								
24. Guiné	x								
25. Quênia	x								
26. Lesotho	x								
27. Liberia	x								
28. Líbia	√								
29. Madagascar	x								
30. Malawi	x								
31. Mali	√	√	√	√	√	√	√	√	√
32. Maurítânia	√	x	√	√	√	√	x	x	x
33. Maurícias	√	x	√	√	√	√	√	x	x
34. Moçambique	x								
35. Namíbia	x								
36. Níger	x								
37. Nigéria	x								
38. Ruanda	√	√	√	√	√	√	√	√	√
39. RA Saharawi Dem.	x								
40. Sao Tomé & Príncipe	x								
41. Senegal	√	√	x	√	√	√	√	√	√
42. Seychelles	x								
43. Sierra Leone	x								
44. Somália	x								
45. África do Sul	√	x	x	√	√	√	x	√	√
46. Sudão	√	√	√	√	√	√	√	√	√
47. Suazilândia	x								
48. Tanzânia	x								
49. Togo	√	√	√	x	x	√	x	x	x
50. Tunísia	√	√	√	√	√	√	x	√	√
51. Uganda	x								
52. Zâmbia	x								
53. Zimbábue	√	√	√	√	√	√	x	√	√

CERs	
54. AMU	×
55. CEN-SAD	×
56. COMESA	×
57. CEEAC	√
58. ECOWAS	×
59. IGAD	×
60. SADC	×
NU, etc	
61. ECA	√
62. FAO	×
63. IFAD	×
64. OIT	√
65. FMI	×
66. OIM	×
67. ITU	×
68. UNAIDS	×
69. UNDP	×
70. UNESCO	×
71. UNICEF	×
72. UNIFEM	×
73. UNIDO	×
74. UNFPA	×
75. UN/OHRLLS	×
76. UN/OSAA	×
77. OMS	×
78. PAM	×
79. Banco Mundial	×

2006

Report on the fourth session of the AU labour and social Affairs commission (LSAC)

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4165>

Downloaded from African Union Common Repository